

RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.989 - SP (2019/0140975-8)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : APARECIDO DA SILVA
RECORRENTE : BENEDICTO MARCONDES SILVA JUNIOR
RECORRENTE : ISRAEL INACIO CARVALHO
RECORRENTE : LUIS PAULO DA SILVA
RECORRENTE : REINALDO CESAR DE CARVALHO
RECORRENTE : JOSE AUGUSTO GONCALVES
RECORRENTE : VALDIR VIEIRA CAMPOS
RECORRENTE : ANTONIO DE PIANO JUNIOR
RECORRENTE : MARCOS CRISTOVAO DA PAIXAO
RECORRENTE : MOISES DE AQUINO NUNES
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : NAYARA CRISPIM DA SILVA E OUTRO(S) - SP335584
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : NAYARA CRISPIM DA SILVA E OUTRO(S) - SP335584
AGRAVADO : APARECIDO DA SILVA
AGRAVADO : BENEDICTO MARCONDES SILVA JUNIOR
AGRAVADO : ISRAEL INACIO CARVALHO
AGRAVADO : LUIS PAULO DA SILVA
AGRAVADO : REINALDO CESAR DE CARVALHO
AGRAVADO : JOSE AUGUSTO GONCALVES
AGRAVADO : VALDIR VIEIRA CAMPOS
AGRAVADO : ANTONIO DE PIANO JUNIOR
AGRAVADO : MARCOS CRISTOVAO DA PAIXAO
AGRAVADO : MOISES DE AQUINO NUNES
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA E SUFICIENTE DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo e outro contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: **(a)** inexistência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido apreciou integralmente a controvérsia; **(b)** a conclusão alcançada pelo acórdão recorrido não traduz desrespeito à legislação, estando, inclusive, em consonância com a jurisprudência deste eg.STJ acerca do tema; **(c)** aplicação da Súmula 7/STJ.

Ocorre que os agravantes não impugnaram por todos os fundamentos da decisão, em especial, (a) a inexistência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e (b) a conclusão alcançada pelo acórdão recorrido não traduzir desrespeito à legislação, estando, inclusive, em consonância com a jurisprudência deste eg.STJ acerca do tema.

Observe-se que no agravo em recurso especial, os ora agravantes se silenciam quanto ao fundamento da decisão objurgada, que entendeu inexistir a negativa de prestação jurisdicional - violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Por outro lado, a despeito de sustentar a efetiva violação dos arts. 2º-A e 2º-B da Lei 9.494/1997 e 520 do CPC, competia também à parte demonstrar que os julgados referidos na decisão agravada não seriam aplicáveis ao caso dos autos ou, ainda, demonstrar a inexistência de pacificidade acerca do tema, no âmbito deste eg.STJ, colacionando precedentes favoráveis a sua tese recursal, contemporâneos ou mais recentes que aqueles transcritos no *decisum* agravado.

A ausência de impugnação completa e suficiente dos fundamentos da decisão, que inadmitte o recurso especial, acarreta o não conhecimento do agravo. À propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ. 2. RECURSO INADMITIDO, COM FULCRO NA SÚMULA 83/STJ. IMPUGNAÇÃO DEVE INDICAR PRECEDENTES CONTEMPORÂNEOS OU SUPERVENIENTES AOS APRESENTADOS NO JULGADO. 3. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA. 4. PEDIDO DE NOVA CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE. VERBA JÁ CONTEMPLADA NA DECISÃO MONOCRÁTICA. 5. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Viola-se o princípio da dialeticidade recursal quando as razões do agravo interno deixam de infirmar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. A inobservância do preceito contido no art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 atrai a aplicação da Súmula n.

182/STJ.

2. Nos casos em que o recurso não é admitido com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte. [...]

5. Agravo interno não conhecido. (AgInt no AREsp 1.354.487/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 22/3/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação dos fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que se conheça do respectivo agravo. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

2. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 937.859/MS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 21/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO DE TESE RECURSAL, EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. MISSÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA NO EXTERIOR. AUXILIAR LOCAL. VÍNCULO ESTATUTÁRIO. ENQUADRAMENTO. ART. 243 DA LEI 8.112/90. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO INFIRMA, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ATACADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.[...]

V. A alegação genérica de inaplicabilidade da Súmula 83/STJ, desacompanhada da indicação de acórdãos mais modernos desta Corte, em sentido contrário ao entendimento adotado nos precedentes apontados na decisão agravada, atrai o óbice da Súmula 182/STJ.

VI. Agravo Regimental parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido. (AgRg no AREsp 610.496/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 9/3/2016)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL.

ENQUADRAMENTO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CÔMPUTO COMO TEMPO EFETIVO DE EXERCÍCIO. LEI 11.091/05. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. SÚMULA 182 DO STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

[...]

2. É inviável o agravo que deixa de atacar os fundamentos da decisão agravada. Incide a Súmula 182 do STJ.

3. Fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ.

4. A tese jurídica debatida no Recurso Especial deve ter sido objeto de discussão no acórdão atacado. Inexistindo esta circunstância, desmerece ser conhecida por ausência de prequestionamento. Súmula 282 do STF.

5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 26/06/2013)

Ainda, no mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: AREsp 1.040.914/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe 5/10/2018; AREsp 502.352/RS, de minha relatoria, DJe 31/10/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator